



Comunicado de Imprensa n.º 14/251
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
30 de Maio de 2014

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431 EUA

Declaração Conjunta de Maputo África em Ascensão: Uma Visão Partilhada para o Crescimento Sustentável e a Prosperidade

Reunidos em Maputo nos dias 29 e 30 de Maio de 2014, os Ministros das Finanças e Governadores da África Subsariana e o FMI fizeram um balanço das impressionantes realizações do subcontinente nas duas últimas décadas, da sua maior resistência a choques e dos desafios em termos de política económica com vista a um crescimento e desenvolvimento sustentáveis. Um número crescente de países na África Subsariana tem registado um desempenho económico vigoroso, graças a políticas macroeconómicas prudentes, instituições mais fortes, o aumento da ajuda e um maior investimento em capital humano e físico. Não obstante, em muitos países, os benefícios deste crescimento ainda não são bem partilhados, revelando enormes lacunas na área das infra-estruturas e uma criação de emprego significativamente abaixo das expectativas. O processo de transformação estrutural e diversificação, combinado com uma população jovem e dinâmica, oferece uma oportunidade para acelerar os progressos na redução da pobreza, no crescimento inclusivo e na criação de emprego.

Os Ministros e Governadores Africanos e a Directora-Geral do FMI concordaram em continuar a estreitar a parceria entre o FMI e os seus países membros africanos e a acompanhar a evolução das necessidades do subcontinente. O diálogo de política e a capacitação irão reflectir a ambiciosa agenda que tem os seguintes objectivos: manter a estabilidade macroeconómica através de acções de política formuladas para fomentar a transformação estrutural e sustentar um crescimento forte e inclusivo; superar a fragilidade, garantir o financiamento adequado para o desenvolvimento de África e criar capacidades institucionais, inclusive no tocante aos recursos humanos. Este compromisso será sensível às varias necessidades dos países membros africanos, desde países com problemas de fragilidade e conflitos até países de rendimento médio e economias de mercados emergentes.

Os Ministros e Governadores Africanos e a Directora-Geral do FMI partilham o imperativo de solucionar o grande défice de infra-estruturas em África. Financiar o desenvolvimento das infra-estruturas africanas exigirá abordagens inovadoras, com o envolvimento dos sectores público e privado. As reformas em curso nas políticas do FMI ao nível dos limites da dívida

deveriam permitir que os países tenham mais flexibilidade na formulação dos programas de modo a alargar as opções de financiamento sem pôr em causa a sustentabilidade da dívida alcançada através de um esforço abnegado, e que foram tão úteis ao continente para fazer face às turbulências financeiras mundiais nos últimos anos.

Os Ministros e Governadores Africanos e a Directora-Geral do FMI acordaram em conduzir discussões de seguimento durante as Reuniões Anuais e de Primavera para fazer um balanço dos progressos na prossecução dos objectivos e compromissos expressos na Declaração Conjunta de Maputo.

Fomentar o crescimento inclusivo e a transformação estrutural

No sentido de assegurar que o crescimento económico futuro seja inclusivo, as políticas têm que visar a criação de emprego e a diversificação. Os avanços nos indicadores económicos e sociais têm sido amiúde acompanhados pelo alargamento da desigualdade de rendimentos e não têm gerado oportunidades de emprego suficientes para os jovens e a população em crescimento. O lançamento de bases para uma transformação estrutural profunda da região requer acções de política em duas frentes principais. A primeira é a criação de um ambiente propício a um sector privado dinâmico para gerar emprego e sustentar o crescimento, o que envolve o desenvolvimento de mercados financeiros mais alargados e oportunidades de investimento rentáveis. A segunda é um investimento público contínuo em infraestruturas que fomentem o crescimento, nomeadamente em transportes e energia, sem prejuízo da sustentabilidade da dívida. Ambas requerem a criação de capacidade e instituições, o investimento no desenvolvimento de capital humano e o reforço da eficiência do sector público.

- Os Ministros e Governadores acolheram com agrado o trabalho recente do FMI relativo a acções de política e aos pré-requisitos para a diversificação económica e a transformação estrutural nos países de baixos rendimentos. Encorajaram a instituição a manter esta agenda e a incorporar as principais visões que dela emanam no aconselhamento de políticas no contexto das actividades de supervisão, apoio programático e criação de capacidades. Acordaram, em particular, que:
- As políticas têm de ser concebidas de forma a garantir que um aumento do crescimento possa também impulsionar a transformação estrutural. Caso se pretenda preservar nos próximos anos o historial recente de crescimento elevado, os países terão de melhorar a produtividade em áreas como a agricultura, que actualmente domina a actividade económica e o emprego, bem como desenvolver actividades de produtividade mais elevada, tais como a indústria e os serviços. Este será o modo mais eficaz de aumentar as oportunidades de emprego para a geração mais jovem que ingressará no mercado de trabalho nos próximos anos. Vínculos mais estreitos entre os agricultores e os mercados, fluxos de receitas mais fiáveis e melhores

oportunidades de emprego são também fundamentais para a redução da pobreza. Um melhor alinhamento das políticas macroeconómicas com o objectivo duplo de criar emprego e disponibilizar serviços sociais e económicos é fundamental para a estabilidade política e para o sucesso global dos programas de desenvolvimento dos países.

- É necessária uma infra-estrutura moderna para atrair investimento rentável e diversificar a actividade económica. O continente enfrenta ainda uma lacuna significativa em termos de infraestruturas, nomeadamente ao nível dos transportes e da energia. Abordar esta lacuna requer soluções de financiamento inovadoras, incluindo a nível regional, e o sector privado terá de desempenhar um papel fundamental. Os sectores públicos têm também uma função importante, designadamente, assegurar uma gestão de alta qualidade do investimento público, um tratamento transparente dos riscos e a sustentabilidade orçamental e da dívida.
- Sectores financeiros mais vastos e profundos são essenciais para sustentar o crescimento e torná-lo mais inclusivo. As pequenas e médias empresas formam o tecido do sector privado de África, mas muitas vezes carecem de oportunidades adequadas de financiamento em mercados financeiros superficiais. Vários países africanos aplicaram com sucesso avanços nas tecnologias de informação e comunicação para promover serviços bancários móveis inovadores, baratos e fiáveis. No entanto, em muitos outros, o custo do capital permanece elevado e os sectores financeiros são inacessíveis a um grande segmento da população. Os Ministros e Governadores realçaram a importância de continuar a promover a intermediação financeira e de melhorar o acesso aos serviços financeiros para apoiar o desenvolvimento do sector privado.
- A África Subsariana necessitará de redobrar esforços para aproveitar as oportunidades oferecidas pelos seus recursos naturais abundantes e assegurar que os frutos são partilhados de forma equitativa. Em muitos países, os recursos naturais podem gerar fluxos de receitas importantes para suprir as necessidades sociais e infraestruturais urgentes. Contudo, a formulação de políticas macroeconómicas que mantenham a competitividade e assegurem a gestão da volatilidade, em paralelo ao desenvolvimento de instituições sólidas, representa um desafio. Os Ministros e Governadores reiteraram o seu empenho na adopção de quadros orçamentais transparentes para uma gestão prudente dos recursos. Manifestaram apreço pelo apoio continuado do FMI aos quadros orçamentais para as indústrias extractivas, e esperam que a defesa desta causa pelo FMI ajude a abordar a erosão das bases de tributação e a transferência de lucros.
- Os Ministros e Governadores e a Directora-Geral acordaram que a superação destes desafios requererá uma cooperação estreita entre o FMI e os seus países membros e uma aproximação sistemática com o vasto leque de intervenientes activos na região,

nomeadamente instituições multilaterais, parceiros de desenvolvimento e organismos regionais. Reconhecendo o contributo das interações sistemáticas do FMI com as uniões monetárias UEMOA e CEMAC, convidaram a instituição a continuar a apoiar os esforços de integração regional em África.

Superar a fragilidade

Os conflitos e a violência ainda representam grandes barreiras ao desenvolvimento em alguns países e regiões, com custos humanos e económicos significativos. Os Ministros e Governadores e a Directora-Geral salientaram a importância primordial da paz e da segurança para sustentar o desenvolvimento económico e humano. Destacaram as histórias de sucesso ao longo da última década, as quais demonstraram que, num ambiente de estabilidade política, a aplicação de políticas económicas sólidas e a construção de instituições mais fortes pode conduzir a uma estabilidade económica duradoura e a um progresso decisivo no desenvolvimento humano. A experiência sugere que:

- Considerações de política económica são de extrema importância em situações de fragilidade. Os Ministros e Governadores Africanos saudaram o empenho do FMI para com os Estados frágeis e o seu valioso contributo para a reconstrução de instituições existentes e melhoria da capacidade administrativa. Sublinharam a importância de abordar os desafios de economia política, através da identificação de resultados rápidos e da protecção dos mais vulneráveis em situações frágeis.
- Os Ministros e Governadores e a Directora-Geral concordaram que as políticas económicas têm de ser adaptadas às circunstâncias específicas de cada país e requerem flexibilidade. Num ambiente de capacidade institucional fraca ou em recuperação após conflitos, a implementação da política económica demora inevitavelmente mais tempo, o que se tem de reflectir no aconselhamento, políticas e práticas do FMI.
- Os Ministros e Governadores manifestaram o seu apreço pela nova Linha de Crédito Rápido do FMI, a qual foi útil aos países recém-saídos de situações de conflito. Instaram o FMI a salvaguardar a principal característica da linha de crédito, nomeadamente a de prestar apoio financeiro rápido e incondicional em tempos de necessidade.

Financiar o desenvolvimento de África

A África Subsariana irá continuar a enfrentar extensas necessidades de financiamento para manter um crescimento sustentável e inclusivo, ao mesmo tempo que salvaguarda os ganhos da sustentabilidade da dívida, alcançada com muito esforço. A dimensão dos desafios da

região em matéria de desenvolvimento, as lacunas em termos de infraestruturas e o impacto da demografia no investimento social, exigem fontes de financiamento fiáveis.

Os Ministros e Governadores Africanos reconheceram que a estabilidade macroeconómica foi vantajosa para a região e permitiu aos países com políticas sólidas explorarem novas fontes de financiamento. Reafirmaram o seu compromisso em reforçar a mobilização de recursos internos e acolheram favoravelmente o apoio do FMI à capacitação no domínio da política fiscal e da gestão das finanças públicas, o qual lhes permitiu criar um espaço orçamental para o crescimento inclusivo. Salientaram que o acesso a recursos concessionais do FMI continua a ser fundamental para muitos países da África Subsariana que enfrentam problemas prolongados da balança de pagamentos. Acolheram com agrado os esforços em colocar a disponibilidade de recursos concessionais no âmbito do PRGT numa base auto sustentada permanente e instaram o FMI a assegurar que o acesso a esses recursos possam aumentar em linha com as necessidades dos países.

- À medida que os países em rápido crescimento se tornam cada vez mais integrados na economia mundial, a sua exposição à volatilidade e aos choques globais também aumenta. Por conseguinte, os Ministros e Governadores Africanos apelaram ao FMI que continue a refinar os seus instrumentos de crédito para África, instando-o a disponibilizar uma parcela maior dos seus recursos gerais para a concessão de financiamento à África Subsariana, quando justificado. Realçaram que as economias de fronteira devem ter acesso a instrumentos preventivos, tais como a Linha de Precaução e Liquidez, em pé de igualdade com outros países membros do FMI.
- Os Ministros e Governadores Africanos instaram o FMI a avançar prontamente com a reforma da sua política de limites de dívida. Sublinharam que os desafios de desenvolvimento enfrentados por muitos países na África Subsariana, nomeadamente a grande lacuna em termos de infra-estruturas, exigiam uma política mais flexível. A Directora-Geral e os Ministros e Governadores acordaram que será importante que a política preveja limites de endividamento adaptados às circunstâncias de cada país. A política deve buscar acomodar o financiamento para investimentos críticos, mantendo em simultâneo os ganhos de sustentabilidade da dívida, reflexo de muito esforço. Acordaram igualmente que a criação de capacidade nas unidades de gestão da dívida pública é uma prioridade para assegurar o uso adequado dos recursos e o seu alinhamento à estabilidade orçamental e macroeconómica no longo prazo. Manifestaram esperança que se possa chegar a um acordo sobre a reforma antes das Reuniões Anuais de 2014.
- Os Ministros e Governadores Africanos salientaram que a região conseguiu enfrentar as consequências da crise financeira mundial, mas não está imune a elas. Acolheram positivamente o trabalho analítico do FMI sobre as repercussões e instaram-no a continuar a monitorar o impacto dos desenvolvimentos mundiais na África Subsariana e a defender a região em fóruns mundiais que discutem questões de

tributação transfronteiriça e de financiamento. Tendo em conta o papel central do FMI na promoção da estabilidade financeira mundial e a crescente integração dos países de fronteira da África Subsariana nos mercados financeiros internacionais, exortaram a um reforço da arquitectura financeira mundial, incluindo uma melhor supervisão do risco sistémico; uma maior coordenação internacional das respostas macroprudenciais ao risco sistémico; acordos transfronteiriços de regulamentação financeira; e financiamento adicional para apoio à liquidez e ao ajustamento externo, em particular nos países africanos de baixo rendimento.

Criar instituições e capital humano

- Instituições fortes e o desenvolvimento contínuo de capital humano são fundamentais para um desenvolvimento económico e social bem-sucedido. Os Ministros e Governadores Africanos reconheceram o valor da sua cooperação estreita com o FMI na área da formação e da assistência técnica. Acolheram com agrado a expansão dos Centros Regionais de Assistência Técnica e aguardam com expectativa o lançamento oficial do Instituto de Formação para África. Instaram o FMI a intensificar os seus esforços para extrair lições das experiências bem-sucedidas dentro e fora da África, as quais poderiam servir como marcos valiosos para os países membros africanos. Os Ministros e Governadores Africanos e o FMI concordaram em dar seguimento à sua estreita cooperação no que respeita ao investimento em capital humano e à criação de capacidade, através da disponibilização de assistência técnica adequada a nível nacional, facilitando a aprendizagem entre pares e através da assistência por via electrónica